

## Fátima Santos

**De:** Berta Tavares  
**Enviado:** sexta-feira, 14 de Junho de 2013 19:18  
**Para:** arquivo  
**Assunto:** FW: Petição nº 27/X  
**Anexos:** Doc\_Resumo Técnico\_1.tif; Doc\_Resumo Técnico\_2.tif; Doc\_Resumo Técnico\_3.tif

**Importância:** Alta

---

**De:** Ana Rocha  
**Enviada:** sexta-feira, 14 de Junho de 2013 19:13  
**Para:** app  
**Cc:** Domingos Cunha  
**Assunto:** Petição nº 27/X  
**Importância:** Alta

Boa tarde!

Encarrega-me o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Sociais de enviar a Vexas o documento em anexo, para o mesmo ser anexado ao Projeto de Resolução nº 27/X – “Recomenda ao Governo Regional que promova o estudo, de natureza interdisciplinar e com recurso à recolha de material que permita estabelecer a sua datação, dos achados arqueológicos realizados recentemente na Grotta do Medo0, no Monte Brasil e na Ilha do Corvo.”.

Com os melhores cumprimentos.

Ana Rocha

Ana Rocha



**Partido Socialista/Açores**  
Grupo Parlamentar



Rua de S. Pedro, nº 116 a 118  
9700-187 Angra do Heroísmo  
Tel. 295404068 - Fax 295216285  
Email [arocha@alra.pt](mailto:arocha@alra.pt)

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DA REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES			
ARQUIVO			
Entrada	1951	Proc. n.º	109
Data:	03/06/14	N.º	27/F

*Parecer sobre as  
Aprovação de  
que faz parte dos  
anexos de Resolução  
Nº: 23/X (Projeto)  
M 2013.6.14  
Anexo*

Acerca da ocupação antiga das ilhas do arquipélago dos Açores N.º 23/X (Projeto)

Resumo do parecer técnico

Os dados actualmente disponíveis, e que pude observar na ilha Terceira, não permitem equacionar a possibilidade de uma ocupação antiga do Arquipélago açoriano. Nenhuma das estruturas que tive oportunidade de examinar é passível de integração na Pré ou na Proto-história.

Deve chamar-se a atenção para o facto de as hipóteses que têm vindo a ser colocadas se basearem exclusivamente em paralelismos formais. Atribuir uma cronologia a estruturas arqueológicas apenas com fundamentos morfológicos, sem que qualquer espólio a possa ancorar, não pode ser sustentado, até porque outras fontes, nomeadamente as escritas, apontam para outras direcções.

Os monumentos e sítios arqueológicos datam-se através de materiais arqueológicos que a eles se podem associar. No caso açoriano, os poucos que existem remetem, indiscutivelmente, para data histórica, posterior à chegada dos portugueses, o que aliás confirma a documentação existente sobre as estruturas em causa, quer as do Monte Brasil quer as do Espigão.

Os monumentos que têm vindo a ser considerados megalíticos e que se distribuem pelo topo aplanado do Espigão/Grotta do Medo correspondem a espaços criados por "grandes "penedos" soltos, que equivalem ao que em geologia é conhecido por "caos de blocos", fenômeno que decorreu da rede de fracturas no traquito, com a consequente partição em blocos rochosos soltos e a frequente ocorrência de fenômenos de disjunção esférica. São pois blocos de traquito mais ou menos empilhados e/ou acumulados em cima uns dos outros, uns contra os outros e, muitas vezes, contra ou em cima de afloramentos, que criaram espaços mais ou menos protegidos. Em certas situações, estes espaços naturais foram aproveitados pelos ocupantes modernos do sítio, que os melhoraram, transformando-os, ainda que muito ligeiramente, nomeadamente através da construção de alguns muretes de pedra seca que ligaram os vãos existentes entre esses blocos. Alguns afloramentos de traquito foram escavados, frontalmente, produzindo abrigos, a que, por vezes, se acrescentaram duas lajes verticais de forma a proteger melhor o espaço obtido.

No afloramento ou nos blocos soltos, não é infrequente observar-se marcas de extensão e morfologia variada. Entre elas, destacam-se as chamadas "cut marks", que correspondem à ação de pedreiros na preparação dos afloramentos e dos blocos de traquito para extraír pedra.

Na encosta virada a Este, abundam paredes de alvenaria que dividem espaços rectangulares, as escadas e as cavidades naturais e outras abertas na rocha de base. Alguns bancos foram também recortados no traquito. A cronologia destas construções é facilmente atribuível através das inscrições (em letras capitulares que a paleografia permite datar do século XIX, ou mesmo XX) que encontram algumas delas (GRUTA DE CAMÕES, PONTE DOS POMBOS e PENEDO DE S. PEDRO), bem como pelos revestimentos de alguns equipamentos existentes no

AM

seu interior, alguns dos quais incorporam cauris. Perto destas estruturas, são ainda visíveis fustes de colunas de perfil hexagonal, algumas de base simples. Um deles tem embutidos três fragmentos cerâmicos, dois dos quais (faiança azul e branco) produzidos nas oficinas ocidentais da cidade de Lisboa, entre os séculos XVII e XVIII, e outro, de loiça de tipo industrial, que pode ser enquadrável na segunda metade do século XVIII e centúria seguinte.

O desprendimento de alguns grandes blocos do *Tor* que constitui a escarpa é visível também nesta encosta. Uma vez mais, e segundo de perto o que se passou no topo, houve posterior intervenção humana no sentido de aproveitar o espaço, mais ou menos rectangular, que este desprendimento formou entre o afloramento propriamente dito e os blocos caídos, tendo as fendas sido preenchidas com muretes de pedras de perfil cúbiforme de pequeno e médio calibre.

O sítio do Espigão não possui pois qualquer vestígio passível de ser relacionado com uma ocupação antiga, concretamente da Pré ou da Proto-História. As realidades que foram consideradas monumentos megalíticos não o são. Um monumento megalítico, anta ou dolmen, é composto por uma câmara funerária, construída com cinco a 11 esteios (grandes pedras de perfil rectangular afeiçoadas) cravados no solo verticalmente, que é tapada por um "chapéu", e a que se accede através de um corredor, também construído com esteios.

No caso do Espigão, trata-se tão só do afilhamento ou da escavação de uma cavidade no afloramento rochoso, ou de espaços naturais causados pela aglomeração de blocos de traquite, resultante de uma paisagem definida geologicamente como "caos de blocos", e que foram aproveitados pelo grupo humano que usou o sítio em época moderna e contemporânea que os modificou de forma a serem utilizadas de acordo com uma função que não foi a funerária.

O mesmo se passa relativamente à "construção" coberta da encosta Este, e que tem vindo a ser interpretada como paralisável a uma "álea coberta".

Por último parece importante referir a total ausência de espólio arqueológico datável da Antiguidade (cerâmicas, metais, líticos ou outros), a inexistência de sedimentos no interior das "cavidades", a altura conservada e estado das paredes das estruturas, situações completamente incompatível com a pretensa cronologia pré-histórica ou proto-histórica.

As claras evidências de que o sítio foi ocupado durante a II Guerra Mundial (muitas estruturas e inscrições o evidenciam) e o seu uso agrícola também ao longo do século XX justificam a totalidade dos vestígios.

A pretensa ocupação antiga do Monte Brasil, nomeadamente da Proto-História, não tem qualquer fundamento científico, estando, por outro lado, comprovada a sua cronologia histórica. As cavidades que se tem feito corresponder a monumentos funerários (hipogeus) e a templos, relacionados com povoadores mediterrâneos de origem semita (fenícios e cartagineses) e a cultos a divindades

com a mesma matriz cultural, não são mais do que abrigos e, sobretudo, cisternas e engenhosos sistemas de obtenção de água. Chama-se a atenção para o facto de todas estas estruturas se localizarem na margem dos caminhos, para a ausência de quaisquer sedimentos no seu interior (alguns dos tanques ainda conservam água), e para a completa inexistência de materiais arqueológicos na área imediata dos "monumentos".

Os indícios do Monte do Facho estão seguramente relacionados com a presença do Posto de Sinalização, não se descartando a possibilidade de poderem ainda estar conectados com a presença de um telegrafo instalado no local durante as guerras Iberais ou mesmo com as estruturas da II Guerra Mundial que estão atestadas na mesma área.

Os sulcos presentes na rocha recuperada em Quatro Ribeiras não correspondem a signos alfabeticos ou semi-silabicos, mas sim a uma situação que decorreu de fenomenos naturais, como alias sucede em outras rochas encontradas no local. De qualquer forma, nenhuma das pretensas "letras" corresponde a qualquer signo conhecido de qualquer alfabeto, grego, púnico, tartésico, ibérico, meridional grego, ou outro.

Não deixaria de surpreender que os vestígios Pré e Proto-históricos fossem apenas monumentos fúnerários e estruturas destinadas ao culto. Com efeito, dos vivos que se enterrariam nos monumentos megalíticos do Espigão e nos Hipogeus do Monte Brasil, e que prestavam culto a divindades mediterrâneas de matriz semita, nada se sabe e nada se refere. E também espanta que desses mortos não restem quaisquer dados (ossos, cinzas). Neste contexto, não pode ainda de deixar de se chamar a atenção para o facto de o número destes pretensos "hipogeus", que alias também estão presentes em outras ilhas quer do Grupo Central quer mesmo do Oriental (como é o caso do Corvo e das Flores), remeter, necessariamente, para uma colonização de grande aporte demográfico, que é completamente incompatível com os vestígios conhecidos ao nível da cultura material e com a inexistência de qualquer local de habitat.

Lisboa, Maio de 2013

Aurélio José Andrade